

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Etiópia P. O. Box 3243 Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251 -11 -5 517844
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Quadragésima Primeira Sessão Ordinária

20 de Junho - 15 de Julho de 2022

Lusaka, Zâmbia

EX.CL/1350(XLI)

Original: Ingles

RELATÓRIO DA QUARTA SESSÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO (STC-SDLE4), 4-8 DE ABRIL DE 2022

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Etiópia P. O. Box 3243 Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251 -11 -5 517844
Website: www.africa-union.org

HHS72559 – 47/47/34/10

**QUARTA SESSÃO DO COMITÉ TÉCNICO
ESPECIALIZADO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO (STC-
SDLE-4)**

4-8 de Abril de 2022

Formato Virtual

STC-SDLE-4/MIN/RPT

**Tema: “PROMOVER A MELHORIA DO BEM-ESTAR E DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM
ÁFRICA”**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS
QUARTA REUNIÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO**

INTRODUÇÃO

- a) A Reunião dos Ministros da 4.^a Sessão do Comité Técnico Especializado da União Africana de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego (STC-SDLE-4) realizou-se em formato virtual nos dias 07 e 08 de Abril de 2022. O tema da reunião foi "**Promover a Melhoria do Bem-Estar e das Condições de Vida em África**".

PARTICIPAÇÃO

1. A Reunião dos Ministros contou com a presença de delegados dos seguintes Estados-Membros da UA: República Democrática Popular da Argélia; Benin; Botswana; Cabo Verde; Camarões; República Centro-Africana; Côte d'Ivoire; República Democrática do Congo; Djibuti; República Árabe do Egito; Estado da Eritreia; República Federal Democrática da Etiópia; República do Gabão; Gana; Reino do Lesoto; Estado da Líbia, Madagáscar; Ilhas Maurícias; República Islâmica da Mauritânia; Reino de Marrocos; Moçambique; Namíbia; Níger; República Federal da Nigéria; República Árabe Saharaoui Democrática; Senegal; Sierra Leone; África do Sul; República do Quênia, Sudão do Sul; Somália; República Unida da Tanzânia; República do Togo; Tunísia; Uganda; Zâmbia; Zimbabwe;

2. Os seguintes órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais, Organizações Inter-Governamentais e Não-Governamentais e parceiros de cooperação estiveram representados: União Africana dos Cegos (AFUB), CEDEAO, SADC, Iniciativa de Necessidades Especiais para o Crescimento, Centro de Investigação sobre População Africana e Saúde, World Vision International, Universidade do Noroeste, Representação da OIT junto da UA e ECA, Escritório Sub-Regional da IPPF junto da UA, HelpAge International Etiópia, Fundo Internacional da Criança, Secretariado da CAO, ACNUR RAUECA, Gabinete de Ligação da OIM junto da UA, Gabinete de Representação do FNUAP junto da UA, Conferência Interafricana da Previdência Social, Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC), Comité de Coordenação para o Desenvolvimento e Promoção do Artesanato Africano (CODEPA), Friedrich Ebert Stiftung - Zâmbia, Gabinete do UNICEF junto da AU/ECA, Gabinete Regional do UNICEF para a África Oriental e Austral, Aliança Africana para a Deficiência, Parceiro Sueco de Desenvolvimento IM, Grupo de Epilepsia EDYCS, Organização da União Sindical Africana (OATUU).

PONTO 1 DA AGENDA: ABERTURA

3. A Comissária da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, S. EX.^a Embaixadora Minata Samate Cessouma, apresentou as boas-vindas cordiais à reunião a todos os Ministros e representantes dos parceiros sociais. Reconheceu o carácter tripartido singular do CTE e reconheceu a contribuição valente dos principais actores no ecossistema dos grupos orgânicos de desenvolvimento social, trabalho e emprego. Acrescentou igualmente que na sua busca de melhorar o bem-estar e o nível de vida em África, os Estados-Membros têm de aproveitar devidamente a população jovem numerosa, o que apresenta um potencial dividendo demográfico. Isto pode ser feito por meio dos

investimentos certos na educação, no empreendedorismo, no emprego e no envolvimento da juventude. A Comissária salientou que o impulso dado para acelerar o desenvolvimento sustentável e equitativo, conforme previsto na Agenda 2063, não deveria ser uma teoria, mas sim uma prática entre os países africanos.

4. A Sr.^a Jacqueline Mugo, Secretária-Geral da Federação do Patronato BUSINESS África, felicitou os dirigentes africanos nos sectores do desenvolvimento social, do trabalho e do emprego em África por debaterem temas que são pertinentes para o desenvolvimento sócio-económico do continente nestes tempos difíceis. Manifestou a forte convicção da Business Africa de que não pode haver desenvolvimento social em África sem desenvolvimento económico e político. Sublinhou que o maior desafio da 4.^a Sessão do STC SDLE consistia em tomar decisões que não só levarão a África aos níveis antes da pandemia, mas também libertarão a prosperidade da África. A Sr.^a Mugo salientou a importância de uma coordenação eficaz entre os Estados-Membros e entre os sectores, o que é importante para que a África atinja as aspirações da Agenda 2063. A Sr.^a Mugo reiterou o apoio total da BUSINESS Africa ao trabalho do CTE e sublinhou a necessidade de se reforçar o diálogo social, assim como a participação das entidades patronais e dos trabalhadores em todas as discussões e iniciativas políticas em curso.

5. O Secretário-Geral da Organização da Unidade Sindical Africana (OATUU), Sr. MEZHOUH Arezki, felicitou a Comissária para a Saúde, Desenvolvimento Humanitário e Social por ter sido eleita para exercer funções na União Africana. Afirmou ainda que a reunião está a decorrer num período ímpar de recuperação da pandemia da COVID-19. A consequência para esta situação é a erosão do poder de compra, assim como os efeitos negativos sobre os serviços sociais básicos como a educação e a saúde. Este cenário tem sido agravado pela guerra na Ucrânia, que teve um impacto negativo nas cadeias de aprovisionamento mundiais com uma queda na produção de alimentos. A resposta da África aos efeitos da pandemia precisa de ser alicerçada em sistemas de protecção social sustentáveis, o que é consentâneo com a garantia de justiça social. O Sr. Mezhoud apelou para o reforço do princípio da colaboração tripartida para levar avante o diálogo social e fazer ouvir a voz dos trabalhadores.

6. A Sr.^a Cynthia Samuel-Olonjuwon, Directora-Geral Adjunta e Directora Regional para África da OIT, informou a reunião sobre as principais decisões da 344.^a Sessão do Conselho de Administração da OIT. As decisões compreendem a eleição histórica do Sr. Gilbert F. Houngbo do Togo como Director-Geral da OIT, assim como a recomendação de fazer da segurança e saúde no trabalho um dos princípios e direitos fundamentais no trabalho no quadro da nossa Declaração de 1998. Relativamente à Declaração de Abidjan sobre " Promover a Justiça Social": Definir o futuro do trabalho em África", afirmou que foi concebido um plano de implementação com áreas prioritárias de intervenção que também visava atenuar os impactos da Covid-19 em África. A OIT também trabalhou para aprofundar a sua relação com a CUA, nomeadamente por meio de um novo Acordo que reflecte um compromisso mútuo para uma colaboração mais estreita entre as duas organizações em torno da realização da justiça social através da promoção do trabalho digno. A Sr.^a Cynthia Samuel-Olonjuwon concluiu a sua intervenção sublinhando o empenho da OIT na marcha para a promoção da transformação de África promovendo o trabalho digno.

7. Na sua intervenção de abertura, a nova Presidente do Comité Técnico Especializado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, S. Ex.^a a Sr.^a Betty Ongom, Ministra do Género,

Trabalho e Desenvolvimento Social do Uganda, exortou os Estados-Membros para que redobrem os seus esforços nas áreas do desenvolvimento social, do trabalho e do emprego, a fim de reforçar a resiliência por meio da criação de mecanismos de amortecimento para que as nossas economias não sejam duramente afectadas por uma redução substancial da actividade económica. Além disso, a Ministra referiu que haverá perdas significativas de postos de trabalho na grande economia informal de África, bem como em sectores específicos como turismo e viagens, hotelaria e restauração, devido à fragilidade inerente resultante da pandemia da Covid-19. Sublinhou que os instrumentos de política e as recomendações conexas exigirão esforços de colaboração para alcançar os resultados desejados, uma vez que esta reunião acredita na filosofia do tripartismo.

PONTO 2 DA AGENDA: QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

A. Eleição da Mesa

8. Em conformidade com o Artigo 16.º do Regulamento Interno do STC SDLE, o Gabinete do Conselheiro Jurídico orientou a reunião na eleição e composição da mesa proposta à CUA pelos decanos regionais. A reunião referiu que a composição está em conformidade com a modalidade tripartida estatutária. Posteriormente, a Mesa da 4.ª Sessão do Comité Técnico Especializado da União Africana de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego foi anunciada com a seguinte composição:

Presidente (Governo)	África Oriental	Uganda
1.º Vice-Presidente (Governo)	África Central	Chade
2.º Vice-Presidente (Entidade Patronal)	África Austral	Lesoto
3.º Vice-Presidente (Trabalhador)	África do Norte	---
Relator (Governo)	África Ocidental	Benin

B. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

9. A reunião adoptou a agenda e o programa de trabalho da reunião sem quaisquer alterações.

PONTO 3 DA AGENDA: APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DO STC-SDLE-4

10. Os Ministros apreciaram o Relatório da Reunião dos Ministros e aprovaram as recomendações nele contidas:

11. **RECUPERAÇÃO PÓS COVID-19 - APRESENTAÇÕES E DEBATES EM TORNO DO DOCUMENTO TEMÁTICO: Resposta Socioeconómica e Ambiental Global da União Africana à Pandemia Sanitária da COVID-19**

- a. Os Ministros tomaram nota do Documento Temático intitulado " Resposta Socioeconómica e Ambiental Global da União Africana à Pandemia da COVID-19
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i) Chamar a atenção de todos os governos/dirigentes em África sobre a necessidade de desenvolver acções para o relançamento da economia, com o envolvimento de todos os actores do sector (entidades patronais, cidadãos) a diferentes níveis,
 - ii) Continuar a prestar apoio e a dar prioridade ao diálogo social enquanto instrumento central de formulação e implementação de políticas,
 - iii) Formular e implementar políticas e estratégias que reforcem a resiliência das sociedades africanas no contexto da COVID-19, especialmente no tocante ao acesso à saúde e à nutrição, ao trabalho decente, ao crescimento e à produtividade.
 - iv) Trabalhar para o desenvolvimento das empresas especialmente das PME,
 - v) Criar ambientes propícios aos empresários, através da formulação de planos empresariais para o desenvolvimento a nível dos Estados-Membros
 - vi) Promover o acesso à protecção social e incutir o diálogo social para obter uma mudança duradoura sobre as questões enfrentadas;
 - vii) Definir estratégias para aumentar a produtividade especialmente para indústrias e organizações negativamente afectadas pela Covid-19.

12. RESULTADOS DAS SESSÕES SECTORIAIS - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

13. Implementação da Estratégia Regional sobre a Terceira Idade

5.1 Projecto de Quadro de Política e Plano de Acção da UA sobre a Terceira Idade revistos

- a. Os Ministros tomaram nota do Quadro Político Revisto e do Plano de Acção sobre a Terceira Idade
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i) Promover a Investigação e Formação Centrada em África sobre a Terceira Idade e o Envelhecimento;
 - ii) Adaptar e garantir sistemas de acessibilidade à saúde para os idosos;
 - iii) Eliminar e combater os maus-tratos infringidos aos idosos;
 - iv) Garantir uma segurança apropriada dos rendimentos para os idosos;
 - v) Garantir habitações e infra-estruturas apropriadas para os idosos;
 - vi) Apoiar a participação activa das pessoas idosas nos processos políticos e de governação;
 - vii) Permitir que os mais jovens se preparem para uma vida na idade avançada.
 - viii) Aprovar o projecto de Quadro de Política e Plano de Acção da UA sobre a Terceira Idade

14. Implementação da Agenda 2040 para a Criança: Promover uma África Condigna para a Criança - Trabalho, Realizações e Desafios do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC)

- a. Os Ministros tomaram nota do trabalho, das realizações e desafios do ACERWC relativamente à implementação da Agenda 2040 para a Criança.
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Acelerar o processo de ratificação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança;
 - ii. Considerar a possibilidade de retirar as reservas introduzidas relativamente às disposições da Carta para que todas as crianças do continente sejam plenamente cobertas;
 - iii. Cumprir as obrigações em matéria de apresentação de relatórios perante o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança (ACERWC);
 - iv. Comemorar efectivamente o Dia da Criança Africana para o Ano 2022, adoptado pelo Conselho Executivo da União Africana, sobre a "Eliminação de Práticas Nocivas que Afectem as Crianças": Evolução das políticas e práticas desde 2013" e apresentar o relatório sobre a sua implementação ao ACERWC.

15. Relatório sobre a Evolução da Campanha da UA para Acabar com o Casamento Infantil

- a. Os Ministros tomaram nota do Plano Estratégico da Campanha da UA para Pôr Fim ao Casamento Infantil
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram aprovar o Plano Estratégico da Campanha da UA para Pôr Fim ao Casamento Infantil.

16. Relatório da UA sobre a Mutilação Genital Feminina;

- a. Os Ministros tomaram nota do Relatório da UA sobre a Mutilação Genital Feminina.

17. Plano Estratégico da Iniciativa Saleema da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.

- a. Os Ministros tomaram nota do Plano Estratégico da Iniciativa Saleema da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina.
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Aprovar o Plano Estratégico da Iniciativa Saleema da UA para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina;

- ii. Solicitar à CUA a apresentar o Plano Estratégico da Iniciativa Saleema da UA para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina ao CTE sobre Mulher e Género

18. Quadro da UA de Responsabilização para Pôr Fim às Práticas Nocivas

- a. Os Ministros tomaram nota do Quadro da UA de Responsabilização para Pôr Fim às Práticas Nocivas
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram aprovar o Quadro da UA de Responsabilização para Pôr Fim às Práticas Nocivas.

19. Estratégia e Plano de Acção da UA para Pôr Fim à Exploração e Abuso Sexual de Crianças no Espaço Virtual (OCSEA)

- a. Os Ministros tomaram nota da Estratégia e Plano de Acção da UA para Pôr Fim à Exploração e Abuso Sexual de Crianças no Espaço Virtual (OCSEA)
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram aprovar a Estratégia e Plano de Acção da UA para Pôr Fim à Exploração e Abuso Sexual de Crianças no Espaço Virtual (OCSEA)

20. SESSÕES INFORMATIVAS SOBRE O SECTOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

21. Arquitectura da União Africana sobre a Deficiência (AUDA)

21.1 Plano de Acção e Estratégia de Implementação da UA para Pôr Fim aos Ataques e a Outras Violações dos Direitos Humanos contra as pessoas com Albinismo em África

- a. Os Ministros tomaram nota do Plano de Acção da UA e Projecto de Estratégia de Implementação do Plano de Acção para Acabar com os Ataques e Outras Violações dos Direitos Humanos contra Pessoas com Albinismo em África
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram acelerar a integração do Plano de Acção e Estratégia de Implementação da União Africana para Pôr Fim aos Ataques e a Outras Violações dos Direitos Humanos contra as pessoas com Albinismo em África no seu ordenamento jurídico e a apresentação de relatórios sobre o assunto.

21.2 Ponto de Situação da Assinatura e Ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- a. Os Ministros tomaram nota do ponto de situação da assinatura e ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram acelerar a assinatura e a ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em África;

22. Estratégia da UA sobre a Terceira Idade

22.1 Ponto de Situação da Assinatura e Ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas

- a. Os Ministros tomaram nota do ponto de situação da assinatura e ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas em Africa
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram acelerar a assinatura e a ratificação do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas em Africa

23. Política Social e Segurança Social

23.1 Informação Actualizada sobre a Adopção do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social

- a. Os Ministros tomaram nota do ponto de situação da assinatura e ratificação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social
- b. Os Ministros tomaram nota do ponto de situação da assinatura e ratificação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos dos Cidadãos à Protecção Social e à Segurança Social

23.2 Informação actualizada sobre a Implementação da Agenda Social da UA 2063

- a. Os Ministros tomaram nota do ponto de situação da implementação da Agenda Social 2063 da UA
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram acelerar a integração da Agenda Social da UA 2063 no ordenamento jurídico interno e a apresentação de relatórios sobre a mesma.

24. RESULTADOS DAS SESSÕES SECTORIAIS - TRABALHO E EMPREGO

25. Relatório Intercalar sobre o Plano de Acção Decenal para a Erradicação do Trabalho Infantil, do Trabalho Forçado, do Tráfico de Seres Humanos e da Escravatura Moderna

- a. Os Ministros tomaram nota do Relatório Intercalar sobre o Plano de Acção Decenal para a Erradicação do Trabalho Infantil, do Trabalho Forçado, do Tráfico de Seres Humanos e da Escravatura Moderna (2020-2030).
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Efectuar investigações e desenvolver acções de política que se concentrem na resolução das causas subjacentes e consequências do trabalho infantil, do trabalho forçado, do tráfico de seres humanos, escravatura moderna e Crimes Organizados Transnacionais;

- ii. Prestar apoio aos Estados-Membros capacitando os inspectores do trabalho
- iii. Reforçar a recolha de dados em particular as estatísticas desagregadas sobre o trabalho infantil.

26. Relatório Intercalar sobre a Iniciativa Especial sobre Trabalho Digno e Empreendedorismo Sustentável para a Paz e Segurança no G5 Sahel - "Solidariedade África para a Paz, Segurança e Desenvolvimento"

- a. Os Ministros tomaram nota do relatório de progresso da Iniciativa Especial sobre Trabalho Digno e Empreendedorismo Sustentável para a Paz e Segurança no G5 Sahel "Solidariedade África para a Paz, Segurança e Desenvolvimento".
- b. Após as deliberações que se seguiram, os Ministros exortaram a CUA a mobilizar recursos para organizar uma Reunião dos Ministros para finalizar a Iniciativa Especial do G5.Sahel.

27. Proposta de Termos de Referência do Fórum Africano de Coordenação e Cooperação em matéria de Segurança Social

- a. Os Ministros tomaram nota do Projecto de Termos de Referência do Fórum Africano de Segurança Social e Cooperação (ASSCCF).
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Fazer com que o Fórum Africano de Coordenação e Cooperação em matéria de Segurança Social tenha como alicerce o princípio da modalidade tripartida.
 - ii. Organizar uma reunião consultiva que congrega todos os membros tripartidos para melhorar o modelo operacional do Fórum.
 - iii. Aprovar a iniciativa de criar o Fórum Africano de Coordenação e Cooperação em matéria de Segurança Social e a sua proposta de TdR.

28. Projecto de Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes

- a. Os Ministros tomaram nota do Projecto de Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes.
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i) Destacar as responsabilidades dos países de origem e as responsabilidades dos trabalhadores migrantes na Declaração.
 - ii) Reconhecer que os países de trânsito e de destino também têm a responsabilidade de proteger e gerir os migrantes e os trabalhadores migrantes em trânsito.
 - iii) Incluir uma disposição sobre migração irregular na Declaração.
 - iv) Reforçar a protecção dos migrantes africanos através da assinatura de acordos de trabalho bilaterais e multilaterais com base nos direitos e sensíveis às questões do género

- v) Acelerar a ratificação de convenções internacionais relacionadas com a Declaração.
- vi) Aprovar o projecto de Declaração.
- vii) Solicitar à CUA a apresentar o Projecto de Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes ao CTE de Migração, Refugiados e Deslocados Internos.

29. Directrizes relativas à Criação de Sistemas Integrados de Informação sobre o Mercado de Trabalho

- a. Os Ministros tomaram nota das Directrizes para o Estabelecimento de Sistemas Integrados de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS).
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i) Solicitar à CUA para que apoie os Estados-Membros a enfrentarem os desafios decorrentes do desenvolvimento e gestão do LMIS;
 - ii) Reforçar a recolha, análise, disseminação e acessibilidade de dados estatísticos precisos, fiáveis, actualizados e desagregados sobre o mercado de trabalho nos Estados-Membros;
 - iii) Utilizar as Directrizes para estabelecer uma governação do mercado de trabalho eficaz e funcional a nível nacional; e
 - iv) Solicitar à CUA que desenvolva um plano de implementação da criação de sistemas integrados de informação sobre o mercado de trabalho a nível nacional e apresentar relatório intercalar; e
 - v) Aprovar as Directrizes para o Estabelecimento de Sistemas Integrados de Informação sobre o Mercado de Trabalho.

30. Orientações relativas à Elaboração de um Modelo de Programa/Sistema de Previdência dos Imigrantes

- a. Os Ministros tomaram nota das Directrizes para o Desenvolvimento de um Programa ou Sistema de Bem-Estar dos Migrantes Modelo.
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i) Promover a partilha de responsabilidade entre os países de envio, trânsito e recepção, conforme indicado nas Directrizes. No entanto, a responsabilidade principal pela protecção dos trabalhadores migrantes deve ser da responsabilidade dos países receptores.
 - ii) Envolver mais actores não estatais nacionais e internacionais na implementação das Directrizes.
 - iii) Aprovar as orientações relativas à elaboração de um Modelo de Programa/Sistema de Previdência dos Imigrantes.

31. Directrizes relativas aos Acordos Bilaterais (BLA)

- a. Os Ministros tomaram nota das Directrizes sobre Acordos Bilaterais (BLAs).
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros aprovaram o Projecto de Directrizes sobre Acordos Bilaterais de Trabalho (BLAs).

32. INFORMES SOBRE O SECTOR DO TRABALHO E EMPREGO**33. Informe sobre a Migração Laboral (implementação, Quadro Estratégico JLMP, Parcerias, etc.)**

- a. Os Ministros tomaram nota do nível de implementação e das actualizações sobre o Programa Conjunto de Migração Laboral (JLMP).
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Dar prioridade ao reforço das capacidades, melhoria da visibilidade do projecto, fazendo as reformas necessárias para assegurar a sua sustentabilidade;
 - ii. Se utilize o Quadro Estratégico do JLMP como um instrumento de mobilização de recursos para alcançar os objectivos do JLMP.
 - iii. Apelar aos Estados-Membros da UA para atribuírem recursos para a implementação do JLMP, a fim de complementar os fundos dos doadores.

34. Relatório do Comité Consultivo da UA sobre Migração Laboral

- a. Os Ministros tomaram nota do briefing sobre o Comité Consultivo da Migração Laboral da UA
- b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:
 - i. Apelar ao LMAC para que amplie a implementação da sua estratégia de defesa da promoção da ratificação de instrumentos relevantes para a migração laboral

35. Sessão informativa do Grupo de Genebra

- a. Os Ministros tomaram nota do briefing do Grupo África de Genebra.
Os Ministros
 - i) Felicitaram o Sr. Gilbert Houngbo, do Togo, pela sua eleição como primeiro Director-Geral da OIT africano.
 - ii) reconheceram a solidariedade da África em apoio do Sr. Gilbert Houngbo, como candidato da UA.
- b. Após as deliberações, os Ministros decidiram o seguinte:
 - i) Comunicar e recomendar a cada um dos países de maior importância industrial, que ainda não o fizeram, que considerassem a ratificação do Instrumento de Emenda de 1986.
 - ii) Apelar a todos os Estados-Membros da UA para que façam pressão, numa base bilateral, junto dos países de maior importância industrial e de outros países que ainda não o fizeram, para que ratifiquem o Instrumento de 1986.

36. Orientação Política para o Desenvolvimento da Estratégia de Economia Social e Solidária da UA

- a. Os Ministros tomaram nota da Orientação Política sobre a Estratégia de Economia Social e Solidária (SSE) da UA para o Desenvolvimento.

b. Na sequência das deliberações, os Ministros decidiram:

- i) Convocar um seminário de validação da Estratégia SSE da UA com os Estados-membros e Parceiros.

PONTO 4 DA AGENDA: DATA E LOCAL DA 5ª REUNIÃO DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO

37. Não foi feita qualquer oferta por parte dos Ministros para acolher a STC-SDLE-5. A Comissária para Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social informou aos Estados-Membros que, caso nenhum país se oferecesse voluntariamente para acolher a sessão do CTE, a CUA organizaria a sessão do CTE em Adis Abeba, Etiópia. Contudo, S. Ex.^a Emb. Cessouma informou igualmente que qualquer Estado-Membro que decida, numa fase posterior, acolher a sessão do CTE será ainda bem-vindo.

38. As datas serão decididas após consultas entre a Mesa do CTE e a Comissão.

PONTO 5 DA AGENDA: DIVERSOS

39. O representante do Gana exortou os Estados-Membros a criarem mediante o aproveitamento dos dividendos potenciais de desenvolvimento proporcionados pelos sectores de desenvolvimento social, trabalho e emprego. Explicou que as questões de política discutidas pelo CTE tinham como foco principal a prosperidade económica. Nesse sentido, os países africanos devem procurar tirar partido das múltiplas oportunidades oferecidas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para alterar a narrativa, melhorar as condições sociais e saltar da pobreza para a prosperidade. O representante do Gana sugeriu ainda que um ponto sobre a ZCLCA e o seu impacto na criação de emprego poderia ser incluído na agenda da próxima sessão do CTE.

PONTO 6 DA AGENDA: APRECIACÃO E ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

40. Os Ministros adoptaram o Relatório com as alterações que lhe foram introduzidas

PONTO 7 DA AGENDA: OBSERVAÇÕES FINAIS

41. A Comissária para Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, S. Ex.^a Emb. Minata Samate Cessouma, manifestou a sua profunda gratidão a todos os participantes pela eficácia e produtividade das sessões. Salientou que os debates abordaram de forma crítica a necessidade de reforço em termos de políticas e institucional, bem como de investimentos estratégicos em consonância com o desenvolvimento social, trabalho e emprego. A Comissária transmitiu igualmente as felicitações do Presidente da CUA, S. Ex.^a Sr. Faki Mahamat, a todos os Ministros e Peritos. S. Ex.^a Emb. Cessouma indicou a disponibilidade do Departamento para consultas e colaboração com a Mesa do CTE sobre questões relevantes para o desenvolvimento social, trabalho e emprego.

42. A Presidente da Mesa da 4.^a Sessão do CTE, S. Ex.^a a Sr.^a Betty Ongom, Ministra do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social do Uganda, agradeceu a todos os peritos pelo seu empenho na revisão dos documentos, bem como à CUA pela organização das sessões. S. Ex.^a a Sr.^a Ongom elogiou igualmente os Ministros pelo elevado nível de envolvimento que caracterizou o debate durante a reunião ministerial. A Presidente do CTE manifestou o interesse e o empenho da Mesa em continuar a ligação e colaborar com a Comissão da União Africana, e especialmente com o Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social para uma maior orientação e empenho em qualquer dos documentos do CTE, em especial na implementação e acompanhamento das recomendações adoptadas pela Reunião Ministerial, num espírito de compromisso tripartido. Ao concluir o seu discurso, S. Ex.^a a Sr.^a Ongom apelou a todos os Estados-Membros no sentido de assumirem o compromisso político e a liderança necessários para a concretização dos quadros de políticas e estratégias identificadas para melhorar o bem-estar das populações africanas.

**PROJECTO DE
DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ
TÉCNICO ESPECIALIZADO DA UNIÃO AFRICANA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO
Doc. EX.CL/.....(....)**

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do Relatório da Quarta Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado da União Africana de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego (CTE-SDLE4), realizada em formato virtual, de 04 a 08 de Abril de 2022, e das recomendações nele contidas;
2. **ADOPTA** o seguinte, sem quaisquer implicações financeiras, jurídicas e estruturais:
 - i) Projecto de Quadro de Política e Plano de Acção sobre o Envelhecimento;
 - ii) Estratégia Quinquenal da Campanha da UA para Acabar com o Casamento Infantil em África;
 - iii) Estratégia Quinquenal da Iniciativa Saleema da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina;
 - iv) Projecto de Quadro de Responsabilidade da UA para Acabar com as Práticas Nocivas
 - v) Estratégia e Plano de Acção da UA sobre o Fim da Exploração Sexual e do Abuso de Crianças na Internet (OCSEA);
 - vi) Projecto de Termos de Referência do Fórum Africano de Coordenação e Cooperação da Segurança Social (ASSCCF);
 - vii) Projecto de Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes;
 - viii) Projecto de Directrizes para a Criação de Sistemas Integrados de Informação sobre o Mercado de Trabalho;
 - ix) Projecto de Directrizes para a Elaboração de um Modelo de Programa / Sistema de Bem-Estar do Migrante;
 - x) Projecto de Directrizes sobre os Acordos Bilaterais de Trabalho (BLA).
3. **EXORTA** os Estados-Membros que não assinaram, aderiram e ratificaram os Protocolos relativos às Pessoas Idosas, às Pessoas com Deficiência e à Protecção Social e Segurança Social a fazê-lo;

4. compromete-se a tomar as medidas apropriadas para a implementação da Resposta Socioeconómica e Ambiental Abrangente da União Africana à Pandemia Sanitária da COVID-19;
5. **INCENTIVA** os países da UA a intensificarem as medidas a nível nacional para aplicar a nível interno, implementar e elaborar relatórios sobre as políticas relativas ao envelhecimento, deficiências, Fim do Casamento Infantil, MGF, Exploração Sexual de Crianças na Internet, Quadro de Responsabilização de Práticas Nocivas e Agenda Social 2063;
6. **EXORTA** os Estados-Membros da UA a acelerarem a aplicação a nível interno e a elaborarem relatórios sobre o Plano de Acção e Estratégia de Implementação da União Africana para pôr fim aos ataques e outras violações dos direitos humanos que visam as pessoas com albinismo em África;
7. **RECONHECE** a necessidade premente de reforçar a governação da Migração Laboral a nível nacional, orientada pelos instrumentos da UA, incluindo os Acordos Bilaterais de Trabalho, o Programa Modelo de Bem-Estar dos Migrantes, os Sistemas Integrados de Informação do Mercado de Trabalho e a Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes;
8. **MANIFESTA O SEU APREÇO** pela Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e **CONVIDA** os países africanos que trabalham com Parceiros e Organizações da Sociedade Civil a terem em conta o apelo da Declaração.
9. **SOLICITA** à Comissão no sentido de:
 - i) **Criar** o Fórum Africano de Segurança Social e Cooperação (ASSCCF) como uma plataforma importante para a resposta pós-COVID-19 e estratégia de recuperação;
 - ii) **Iniciar** o processo de galvanização do apoio para a implementação dos instrumentos de Governação da Migração Laboral da UA adoptados pelo STC-SDLE4, realizado de 04 a 08 de Abril de 2022.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2022-06-20

Report of the Fourth Session of the Specialised Technical Committee on Social Development, Labour and Employment (STC-SDLE-4) 4-8 April 2022

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/10419>

Downloaded from African Union Common Repository